



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
Direção Regional do Ambiente

PARECER FINAL
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
LICENCIAMENTO AMBIENTAL

***Ampliação da capacidade da Saiprossem –
Produção Animal.***

FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Objetivos e justificação do projeto	3
3. Descrição do projeto	3
4. Alternativas apresentadas	5
5. Análise ao eia e pedido de licenciamento ambiental por factor ambiental	5
5.1 Recursos hídricos.....	6
5.2 Qualidade do ar e emissões gasosas	8
5.3 Efluentes pecuários e subprodutos	10
5.4. Resíduos.....	13
5.5 Odores	19
5.6. Ambiente sonoro	20
5.7 Energia	21
5.8 Equipamentos que contêm gases com efeito de estufa	22
5.9 Instrumentos de gestão do território.....	23
5.10 Melhores Técnicas Disponíveis.....	23
5.11 Plano de Desempenho Ambiental.....	24
6. CONSULTA PÚBLICA.....	25
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26

1. INTRODUÇÃO

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) (constituído pelo relatório técnico e relatório não técnico) e o pedido de licença ambiental (constituído pelo formulário de licenciamento ambiental e respetivos anexos) deram entrada na Direção Regional do Ambiente (DRA), Autoridade Ambiental, no dia 10 de abril de 2017. Na sequência desta receção e em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, foi constituída a respetiva Comissão de Avaliação (CA), formada pelos seguintes elementos:

- Direção de Serviços da Qualidade Ambiental (DSQA), representada por Elisabete Sousa Rego, que preside à CA e por Sónia Bettencourt, responsável pela consulta pública e que substitui a primeira nas suas faltas e impedimentos;
- Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DSRHOT), representada por Graça Ponte;
- Direção Regional da Agricultura (DRAg), representada por Ana Silva.

A documentação em suporte digital foi inicialmente disponibilizada na rede informática interna, bem como em suporte papel, aos técnicos que integram a CA, para a devida apreciação.

Apesar de não ter sido realizada qualquer reunião física dos elementos da CA, com recurso aos meios informáticos e de telecomunicações disponibilizados pela Administração Regional foi elaborado um parecer em 5 de maio de 2017, no qual se concedia um prazo de 35 dias úteis para introdução de melhoramentos nos documentos apreciados, tendo ficado suspenso o prazo dos procedimentos até à entrega dos novos elementos.

A documentação foi entregue na Autoridade Ambiental a 22 de junho, tendo sido distribuída pelos vários elementos que compõem a CA e retomada a contagem do prazo de apreciação.

O parecer de conformidade da documentação foi emitido a 7 de julho, a que se seguiu o envio de Declaração de Conformidade em ofício emitido pela Autoridade Ambiental a 25 de julho. Foram ainda solicitados mais alguns dados considerados imprescindíveis para a presente análise final, tendo sido concedido um prazo de 15 dias. Nesta etapa não ficou suspenso o prazo de análise, tendo sido encaminhada a documentação para consulta pública durante um período de 20 dias, após o qual foi elaborado pela CA o respetivo relatório, onde não constavam participações.

Os elementos solicitados foram entregues a 18 de agosto, tendo sido encaminhados para todos os membros da CA.

A 11 e setembro de 2017 foram solicitados mais alguns dados ao operador os quais foram remetidos à CA a 25 de setembro.

Com base no conteúdo do EIA e pedido de licença ambiental, do conhecimento da área e das características do empreendimento, emite-se o presente parecer final ao projeto avaliado e propostas de Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e Licença Ambiental.

2. OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

O principal objetivo do projeto consiste em aumentar a capacidade instalada de produção de frangos de carne da Saiprossem, na sequência da crescente procura desse produto no mercado regional.

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto da *“ampliação da capacidade da Saiprossem”* pertence à exploração avícola da Saiprossem – Produção Animal, a qual é gerida pela Saiprossem, Sociedade Unipessoal, Lda., ficando localizada na Canada do Silvestre, na freguesia do Cabouco, concelho de Lagoa, Ilha de São Miguel.

A Saiprossem dedica-se à criação intensiva de frangos de engorda desde 1994, tendo sido detentora de licença ambiental n.º 3/2009/DRA, de 6 de maio (com validade de 7 anos).

A instalação avícola aquando da emissão da licença ambiental possuía uma capacidade instalada de 63 549 aves, a qual foi atualizada em 2010 na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 79/2010, de 25 de junho que estabelece as regras mínimas para a proteção de frangos de carne, ficando definidos os valores de densidade animal a serem cumpridos, passando a ser de 89 989 aves. O atual projeto visa a expansão dessa capacidade mediante a construção de novos pavilhões, dos quais quatro se encontram construídos na presente etapa e dois em projeto, atingindo uma capacidade instalada máxima por pavilhão de 32 144 aves, totalizando um aumento de 192 864 aves. Face ao exposto a capacidade instalada total passa a ser de 245 134 aves.

A propriedade possui área total de 139 040 m², sendo composta por 11 pavilhões para criação de frangos de engorda, 5 dos quais são divididos em dois (B a F), pelo que pode considerar-se no total de 16 pavilhões com diferentes dimensões, 1 centro de incubação, 1 edifício com instalações de apoio (balneários e escritório), 3 armazéns de aparas, 3 armazéns de diversos e uma casa do guarda, totalizando 17 480 m² de área coberta e 1500 m² de área impermeabilizada (não coberta).

Os pavilhões E e F ainda não se encontram construídos, os quais, o operador perspectiva iniciar construção, um até finais do corrente ano e o outro no decorrer de 2018. Encontra-se ainda perspectivada a construção de uma vedação na zona limite a norte da exploração até ao final do presente ano.

O centro de incubação possui uma área de cerca de 128,25 m² e capacidade de incubação para 115 200 ovos, cujo funcionamento consiste basicamente no seguinte:

- Receção dos ovos, os quais são escolhidos e colocados em tabuleiros de incubação e mantidos na sala da fumigação;
- Permanência dos ovos nas incubadoras por 23 dias;
- Transferência dos ovos para as eclosoras permanecendo nestas por 3 dias;
- Escolha, contagem e transferência dos pintos nascidos para os pavilhões de engorda.

O processo de criação de frangos engloba as seguintes fases:

- Preparação dos pavilhões para a receção dos pintos;
- Receção dos pintos;
- Fase de cria, recria e engorda, cujo ciclo produtivo tem uma duração máxima de 42 dias;
- Apanha, transporte e descarga para o matadouro;
- Remoção das camas e encaminhamento para agricultores;
- Limpeza e desinfeção das instalações e equipamentos;
- Vazio sanitário por um período de 15 a 21 dias.

Os dados constantes do EIA e pedido de licenciamento ambiental relativos ao momento correspondente ao funcionamento em pleno da exploração com todos os pavilhões construídos e em utilização, tiveram por base os dados finais do ano de 2015.

4. ALTERNATIVAS APRESENTADAS

O EIA não apresenta alternativas ao projeto, nomeadamente de localização ao projeto de ampliação da capacidade da Saiprossem, justificando que sendo uma exploração existente com localização definida, cujas dimensões de implantação e desenho dos pavilhões já são existentes (pavilhões A, B, C e D) não seria viável a análise de alternativas, pois não iriam existir. Quanto aos pavilhões a construir (E e F) sendo em tudo similares aos anteriores e com implantação definida entre os existentes, não haveria alternativa, já que da forma projetada corresponde à otimização da área ocupada.

A CA considera que a análise de alternativas poderia ser aplicada nos casos dos pavilhões ainda não construídos, embora concorde que na forma projetada corresponde à otimização da área ocupada.

5. ANÁLISE AO EIA E PEDIDO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL POR FACTOR AMBIENTAL

A análise da documentação exposta no presente parecer tem em consideração os elementos constantes no Relatório Técnico (RT), formulário de licenciamento ambiental e respetivos anexos e nos aditamentos dos vários documentos na sequência da apreciação da conformidade do EIA e licenciamento ambiental pela CA.

Para caracterizar a situação de referência na área de estudo e ampliação da exploração avícola, perspetivar a evolução da zona em consequência da implementação do projeto, identificar os constrangimentos naturais a que o empreendimento está sujeito e propor medidas de modo a potenciar os impactes positivos e mitigar os negativos, o EIA descreve a zona de implantação e delimita a zona de estudo, designada por “*situação de referência*”, com base num conjunto de fatores ambientais que considera mais significativos para os objetivos em causa.

Posteriormente, o EIA apresenta a identificação e avaliação de impactes sobre os fatores utilizados na caracterização da situação de referência, medidas mitigadoras e/ou compensatórias e programa de monitorização, finalizando com a exposição das conclusões gerais dos autores do Estudo.

Ao longo deste parecer, quando a CA não expressar abertamente a sua discordância ou recomendação de alteração sobre uma dada medida ou programa contida no EIA e documentação relativa ao licenciamento ambiental, entende-se que a mesma foi considerada aceite, propondo-se a sua integração na Declaração

de Impacte Ambiental (DIA) com a devida adequação aos termos desta, caso esta seja condicionalmente favorável, bem como na licença ambiental.

As considerações finais neste parecer, resultam do teor da documentação e dos conhecimentos técnicos dos elementos que constituem a CA.

5.1 RECURSOS HÍDRICOS

O EIA faz uma caracterização das estruturas hidrológicas na zona onde se encontra implantado o projeto, sendo que a área de exploração localiza-se na zona de proteção alargada de três furos de captação associados ao aquífero “*Ponta Delgada – Ferais da Luz*”, que possui um total de 206 nascentes e 15 furos.

Águas de abastecimento

A água de abastecimento da exploração é proveniente da rede de abastecimento público com um consumo anual estimado de 10 875 m³, destinada a diversos usos: abeberamento dos animais e usos gerais e domésticos do edifício administrativo, das habitações, lavagem do centro de incubação, rodilúvio e pedilúvios (AC1).

Na instalação existe um reservatório com 7,5 m³ de capacidade de armazenamento, ao qual está associado um hidropressor para garantir a adequada distribuição da água da rede, em termos de pressão, aos diversos pavilhões. Por sua vez, cada pavilhão dispõe de um pequeno reservatório, cujo volume de armazenamento é variável, indo desde 500 litros no pavilhão 5 até 2000 litros nos pavilhões mais recentes.

A água para utilização no abeberamento das aves não é sujeita ao qualquer tratamento.

Águas residuais e pluviais

A instalação produz dois tipos de águas residuais, nomeadamente:

- a) Domésticas, provenientes das habitações existentes na exploração (código ES1), encaminhadas para fossa séptica seguida de poço absorvente, dispondo de Alvará nº AR/2017/83 de 27 de setembro;
- b) Domésticas e industriais, provenientes dos serviços administrativos e das águas de lavagem do centro de incubação, encaminhadas para fossas sépticas seguidas de poços absorventes (código ES2 e ES3), dispondo de Alvará nº AR/2017/83 de 27 de setembro.

A atividade PCIP desenvolvida na instalação não origina efluentes industriais, uma vez que a limpeza e higienização dos pavilhões são efetuadas a seco, sendo utilizadas máquinas de baixo consumo de água a alta pressão para a aplicação de desinfetantes, cujo efluente gerado devido à sua pouca quantidade, é naturalmente evaporado e infiltrado no pavimento dos pavilhões.

A maior parte das águas pluviais infiltram-se diretamente no solo, pelo que não existe rede de recolha de águas pluviais.

Medidas de Minimização

Para a fase de exploração, são propostas as seguintes medidas de minimização:

Águas de abastecimento

- Efetuar a manutenção e inspeção periódica de toda a rede de abastecimento de água às instalações de forma a detetar e corrigir eventuais fugas;
- Garantir a continuação e a manutenção dos sistemas de fornecimento de água aos animais (bebedouros de baixa pressão e débito), que constitui atualmente um sistema de elevada eficácia e que minimiza significativamente o consumo global de água na exploração;
- Manter a limpeza e higienização/desinfecção dos pavilhões avícolas a seco, após a saída de cada bando, não havendo lugar à realização de lavagens e, consequentemente, não envolvendo qualquer consumo de água;
- Implementação de estrutura que permita a recolha das águas pluviais da cobertura de alguns pavilhões, para usos menos exigentes, como a lavagem das bandejas de alimentação da 1ª idade e das viaturas utilizadas na exploração, utilização no rodilúvio e pedilúvios, e garantir a continuação e manutenção desse sistema de armazenamento de águas pluviais;
- Efetuar o controlo mensal do consumo de água da rede e água pluvial.

Águas residuais e pluviais

- Assegurar que todas as águas residuais produzidas nas instalações sejam encaminhadas para sistemas de tratamento compostos por fossa séptica seguida de poço absorvente;
- Assegurar as boas condições físicas dos sistemas de tratamento e respetiva rede de drenagem, devendo as fossas sépticas serem de construção sólida e estanques e estarem protegidas da entrada de águas pluviais de forma a

evitar a ocorrência de eventuais situações acidentais de derrame de águas residuais;

- Garantir a inspeção periódica das fossas sépticas complementadas com órgão de descarga assegurando a sua manutenção e bom funcionamento, procedendo-se à extração das lamas sempre que tal se justifique (as lamas acumuladas não devem distar menos de 0,3 m do septo da saída e a parte inferior da camada de escumas deve ficar pelo menos 0,075 m acima da parte inferior do septo);
- Garantir a limpeza/recolha das águas residuais/lamas armazenadas nas fossas sépticas com periodicidade adaptada ao volume das fossas, as quais deverão ser encaminhadas por meio de viatura apropriada para destino final adequado, face à legislação aplicável, mantendo em arquivo os comprovativos com a quantidade e respetivo destino final;
- As operações de manutenção só deverão ser iniciadas após a fossa ter permanecido algum tempo aberta, de modo a que se dê o escape dos gases concentrados no seu interior, os quais poderão pôr em risco a integridade física dos operadores, visto serem tóxicos, devendo ser efetuados registos das respetivas operações de inspeção e manutenção;
- O lançamento das águas residuais domésticas no solo, não deverá provocar alteração das suas qualidades que ponham em risco os seus usos, pelo que os sistemas de tratamento, nomeadamente as fossas sépticas devem estar corretamente dimensionadas para o n.º de utilizadores previsto de forma a assegurar o eficiente tratamento das águas residuais.

5.2 QUALIDADE DO AR E EMISSÕES GASOSAS

A análise da qualidade do ar destina-se a estudar os impactes decorrentes da ampliação da Saiprossem e do seu funcionamento, particularmente os decorrentes das emissões de poluentes atmosféricos gerados pelo tráfego rodoviário associados às atividades da exploração pecuária durante o período de vida útil do projeto e pela própria atividade que se encontra associada às emissões difusas libertadas pelo metabolismo e estrume das aves.

Emissões Difusas

Foram identificadas ao longo do processo produtivo, fontes de emissões difusas correspondentes:

- Pavilhões (metabolismo das aves, estrume e aquando da limpeza dos pavilhões avícolas no final de cada ciclo produtivo);
- Circulação de veículos inerente à atividade, destacando-se as partículas e poeiras em suspensão provocadas pela circulação de veículos pesados, bem como as emissões gasosas libertadas pelos escapes desses mesmos veículos.

Emissões Pontuais

As emissões gasosas provenientes de fontes fixas, atualmente presentes e em funcionamento na instalação estão associadas às seguintes origens:

- Um gerador de emergência a gasóleo de 22 Kwt (FP1), destinado a alimentar a instalação em caso de falha de energia da rede pública;
- 21 aquecedores a gás butano (FP2) com potências térmicas nominais unitárias inferiores a 5 kWth (0,55-4,8 Kwt) utilizados nos pavilhões de criação no início de cada bando e em função das condições climatéricas (cerca de 9 aquecedores por pavilhão, dependendo do frio da altura do ano).

Medidas de Minimização

Para a fase de exploração, são propostas as seguintes medidas de minimização:

- Assegurar as manutenções necessárias para que os veículos possuam um nível de emissões atmosféricas devidamente controlado;
- Limitação da velocidade de circulação de veículos, de forma a reduzir as emissões de poeiras;
- Cobertura dos veículos de transporte de materiais.

Programas de Monitorização

Uma vez que as fontes FP1 e FP2 não se encontram abrangidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, apenas deverá ser efetuado o registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível (dados mensais).

No que respeita às emissões para o ar provenientes dos aquecedores a gás butano, deverão ser determinadas (cálculo ou estimativa) as emissões correspondentes aos poluentes: dióxido de carbono (CO₂), monóxido de carbono (CO), óxidos de azoto (NO_x), óxidos de enxofre (SO_x), partículas Totais (PTS) e compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVnm).

No que respeita ao controlo das emissões difusas para a atmosfera relativas ao manejo das aves e estrume gerado deverão ser determinadas (cálculo ou estimativa) as emissões correspondentes aos poluentes: amoníaco (NH_3), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O) e partículas (PM_{10}).

5.3 EFLUENTES PECUÁRIOS E SUBPRODUTOS

A atividade normal da instalação gera determinados fluxos materiais designados por subprodutos da atividade compreendendo, nomeadamente o estrume das aves, os animais mortos, as cascas de ovos e as aves mortas antes da eclosão. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, o estrume das aves, os animais mortos e as aves mortas antes da eclosão são considerados como subprodutos de categoria 2 (artigo 9º) enquanto as cascas de ovos são considerados como subprodutos de categoria 3 (artigo 10º).

A utilização de subprodutos de origem animal bem como de produtos derivados de subprodutos de origem animal, não destinados ao consumo humano, em natureza ou transformados, como fertilizantes orgânicos ou corretivos orgânicos do solo, também está sujeita às regras sanitárias estabelecidas pelo Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu, de 21 de outubro, bem como do Regulamento (UE) n.º 142/2011 da Comissão, de 25 de fevereiro, que estabeleceu as medidas de execução deste.

Estrume

O estrume/chorume gerado na atividade avícola de produção de frangos, corresponde à mistura dos excrementos das aves com as camas das mesmas (é utilizado um material absorvente, geralmente aparas de madeira), conforme definido na Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho e no Regulamento CE n.º 1069/2009, de 21 de outubro.

A remoção do estrume dos pavilhões dos frangos é feita depois da saída de cada bando para abate, não sendo o mesmo armazenado na exploração.

Segundo dados de 2015, foram produzidas cerca de 380 ton de estrume num ano, estimando-se uma produção máxima de 515,3 ton com a totalidade dos pavilhões, segundo o indicado pela Saiprossem. Este estrume terá como destino final o encaminhamento para terceiros (agricultores) para utilização como fertilizante agrícola.

Animais mortos e cascas de ovos

Os animais mortos e as cascas de ovos são recolhidos diariamente das zonas de produção e encaminhados para contentores herméticos e fechados para posterior encaminhamento para o aterro sanitário (Ecoparque da Ilha de S. Miguel).

Medidas de Minimização

Estrume

Para a fase de exploração, são propostas as seguintes medidas de minimização:

- Adoção de uma política de prevenção através da introdução de dietas nutricionais controladas;
- Em situação alguma poderá existir estrume/chorume armazenado ou depositado (mesmo que de forma temporária) no solo (impermeabilizado ou não) ao ar livre, evitando assim a contaminação do solo e das águas, sobretudo das águas subterrâneas;
- Quando for necessário proceder ao armazenamento de estrume/chorume avícola na instalação este deverá ser sempre colocado em local coberto, com pavimento impermeabilizado, ventilação adequada e capacidade suficiente para aguardar o subsequente encaminhamento;
- Recolha e encaminhamento do estrume dos pavilhões avícolas apenas quando não apresentar escorrências, em cumprimento da alínea h), do artigo 2º, da Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho. O mesmo deverá ser colocado diretamente em transporte adequado, não sendo permitida a remoção e deposição do estrume (mesmo que de forma temporária) no exterior dos pavilhões avícolas;
- O transporte do chorume para terceiros para efeitos de valorização agrícola deverá ser efetuado em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009 e com o artigo 5º da Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho. Como tal, deverá ser acompanhado de guia de transferência de efluentes pecuários e deverá ser utilizada viatura apropriada, devidamente estanque e coberta (de modo a evitar derrames) pertencente a operador registado para o efeito, conforme preconizado no Decreto-Lei n.º 33/2017, de 23 de março. Deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para a minimização da produção de odores e proliferação de moscas, evitando assim inconvenientes para o ambiente e para as populações;

- Verificação se ocorreu algum derrame de estrume no solo nas zonas onde ocorre o carregamento do estrume para transporte adequado, após cada operação, a fim de se proceder de imediato à sua recolha;
- A empresa deverá promover a sensibilização/formação dos utilizadores finais de estrume/chorume através do fornecimento de informações constantes no Código de Boas Práticas Agrícolas, em cumprimento da Portaria Regional nº 96/2012, de 7 de setembro. Deverá ser efetuado o registo das entregas a estes utilizadores.

Animais mortos e cascas de ovos

Os animais mortos e as cascas de ovos são subprodutos de origem animal (SPOA) das categorias 2 e 3 e, como tal, terão de ser encaminhados de acordo com o definido nos artigos 13º e 14º da Secção II, do Capítulo II, do Regulamento CE n.º 1069/2009, de 21 de outubro.

Para a fase de exploração, são propostas as seguintes medidas de minimização:

- Controlo veterinário permanente de forma a evitar e minimizar os níveis de mortalidade;
- Em situação alguma poderão existir animais mortos e cascas de ovos fora dos locais identificados para a sua colocação;
- Os subprodutos animais devem ser recolhidos e transportados em embalagens novas seladas, ou em contentores ou veículos, estanques e cobertos, conforme requisitos previstos no anexo VIII, capítulos I e II do Regulamento (UE) n.º 142/2011, de 25 de fevereiro;
- O operador que procede ao transporte dos SPOA deverá estar registado para o efeito de acordo com o Decreto-Lei n.º 33/2017, de 23 de março;
- Durante o transporte dos subprodutos animais, os contentores, embalagens ou veículos devem estar identificados com um rótulo, com uma menção inscrita de forma visível e legível, de acordo com o disposto na subalínea iii), alínea b), ponto 2, capítulo II, anexo VIII do Regulamento (UE) n.º 142/2011, de 25 de fevereiro.

Programas de Monitorização

Estrume

Para o controlo da composição do estrume avícola deverá ser efetuada a sua monitorização dando resposta aos requisitos indicados na tabela seguinte, cujo autocontrolo deve ser remetido semestralmente à DRAg, bem como incluído no Relatório Ambiental Anual:

Quadro 13 – Monitorização do estrume avícola

Tipo de produto	Parâmetros	Expressão dos resultados	Frequência da monitorização
Estrume avícola	pH	-	2 Vezes/ano (uma no período Primavera/Verão e outra no período Outono/Inverno)
	Matéria seca	%(ou outra unidade em massa/massa tida por conveniente)	
	Matéria orgânica		
	Azoto total		
	Fósforo Total		

Deverão ainda ser efetuados registos de saídas de estrume da exploração, incluindo datas e quantidades (toneladas), indicação das explorações agrícolas a quem foram entregues e guardadas cópias das faturas.

Animais mortos e cascas de ovos

Deverá ser efetuado um registo diário da:

- Quantidade de animais mortos em todos os pavilhões;
- Quantidade produzida de ovos não eclodidos e de cascas de ovos (subprodutos da incubação).

5.4. RESÍDUOS

O sector de criação intensiva de aves gera resíduos perigosos e não perigosos, destacando-se como perigosos, óleos, embalagens de produtos farmacêuticos, desinfetantes e biocidas, assim como lâmpadas fluorescentes, etc. E destacando-se como não perigosos, embalagens, metais, plástico, vidro, etc.

A Saiprossem dispõe de 4 locais de armazenamento de resíduos, nomeadamente:

- PA1: Localizado no exterior do centro de incubação para armazenamento de resíduos de tecidos de animais, com área total de 12 m², o qual é coberto e impermeabilizado, e não dispõe de sistema de drenagem e bacia de retenção;

- PA2: Localizado entre os pavilhões A e B para armazenamento de resíduos de tecidos de animais, o qual é coberto e impermeabilizado, e não dispõe de sistema de drenagem e bacia de retenção;
- PA3: Localizado no exterior do pavilhão 5 para armazenamento de plásticos, o qual é coberto e impermeabilizado (17,5 m²), sem sistema de drenagem e bacia de retenção;
- PA4: Localizado no exterior do escritório para armazenamento de lâmpadas, o qual é coberto e impermeabilizado (5 m²), sem sistema de drenagem e bacia de retenção.

Na etapa de elaboração do presente parecer, o Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR) não se encontrava aprovado, na sequência de o operador não ter retificado o plano de acordo com o indicado aquando da conformidade do pedido. Foi assim efetuada nova solicitação (SAI-DRA/2017/2587 de 25/07), cuja nova versão foi remetida a 18 de agosto (ENT-DRA/2017/6949), estando a ser analisado pela Autoridade Ambiental.

A existência e implementação na instalação de um PIPGR, elaborado de acordo com os requisitos indicados pela Autoridade Ambiental, permitirá conduzir à prevenção de resíduos e a uma adequada gestão e encaminhamento dos resíduos gerados na globalidade da instalação, quer estejam direta ou indiretamente associados à atividade pecuária, permitindo: a proteção do ambiente e a saúde humana e animal; a promoção da segurança de pessoas e bens; a prevenção e/ou redução de impactes adversos decorrentes da geração e gestão de resíduos; e a diminuição dos impactes gerais da utilização dos recursos através da melhoria da eficiência dessa utilização.

Além do indicado, o planeamento integrado da produção, gestão e encaminhamento de todos os resíduos gerados na instalação pecuária permitirá: promover a ecoeficiência e desempenho sustentável das atividades desenvolvidas na instalação; a aplicação da hierarquia de gestão de resíduos (1. prevenção e redução; 2. preparação para a reutilização; 3. reciclagem; 4. outros tipos de valorização, incluindo a valorização energética; 5. eliminação); a qualificação, capacitação e formação de recursos humanos; e o conhecimento da produção, gestão e encaminhamento de resíduos associados à atividade pecuária.

Medidas de Minimização

Para esta componente são propostas as seguintes medidas:

- Implementação na instalação do PIPGR que for aprovado pela Autoridade Ambiental, devendo estar definido um gestor de resíduos que assegure o cumprimento da execução do plano e sirva de interlocutor com a Autoridade Ambiental quanto a questões relacionadas com essa implementação;
- As operações de prevenção e de reutilização praticadas na instalação pelo operador devem visar uma redução considerável da quantidade e nocividade dos resíduos produzidos, através da aplicação das melhores tecnologias e técnicas disponíveis no processo e da adoção de boas práticas de gestão;
- Estabelecimento de objetivos e identificação/implementação de medidas de prevenção e de melhoria contínua da gestão de resíduos que permitam a obtenção de resultados concretos e mensuráveis, de forma a dissociar o crescimento económico dos impactes ambientais relacionados com a produção e gestão de resíduos, devendo ser definidos valores de referência qualitativos e quantitativos específicos, que permitam o acompanhamento e a avaliação dos progressos das medidas de prevenção da produção e da gestão de resíduos estabelecidas;
- Descrição dos procedimentos de controlo, registo, carga/descarga e transporte de resíduos, implementados na exploração;
- Definição de práticas e criação de locais de armazenamento de resíduos que tornem exequível a separação na origem, triagem e armazenagem de resíduos que garantam a separação permanente de resíduos perigosos dos não perigosos e que promovam a valorização por fluxos ou fileiras;
- Implementação e descrição de procedimentos de gestão de resíduos integrados em fluxos específicos (embalagens, REEE, medicamentos, fitofarmacêuticos, óleos, pilhas e baterias, etc.), os quais devem obedecer aos requisitos das respetivas entidades gestoras dos fluxos de resíduos;
- Devem ser previstas medidas específicas e adequadas quanto à gestão dos resíduos hospitalares produzidos na exploração, tais como os resultantes de atividades de prevenção, diagnóstico e tratamento de seres humanos e/ou animais;
- O armazenamento e a triagem dos resíduos na instalação devem ser efetuados dando cumprimento ao seguinte:

- Os resíduos perigosos devem ser armazenados separadamente dos resíduos não perigosos, atendendo às suas características físicas e químicas, bem como as características que lhes conferem perigosidade;
- Os resíduos perigosos devem ser armazenados em local coberto, vedado, de acesso restrito e com superfície impermeável, dotado de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos e, quando apropriado, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras;
- Os resíduos perigosos líquidos devem ser armazenados em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção, devendo existir no local equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo;
- O armazenamento e a triagem dos resíduos não perigosos devem ser efetuados em local coberto e pavimentado;
- Deve existir adequada ventilação dos diferentes locais de armazenamento e triagem, cujos meios de acondicionamento de resíduos devem permitir, em qualquer altura, a deteção de derrames ou fugas;
- Todos os recipientes, contentores e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem permitir a fácil identificação dos resíduos acondicionados, mediante rótulo indelével onde conste a identificação dos resíduos em causa de acordo com os códigos LER e nome comum e, sempre que possível/aplicável, o local de produção, a indicação de nível de quantidade, as características que lhes conferem perigosidade e a respetiva classe de perigosidade associada;
- Todos os recipientes, contentores e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem atender a critérios de resistência, adequabilidade dos materiais e capacidade de contenção, e devem ser mantidos em bom estado de conservação, bem como devem estar dimensionados/selecionados em função da produção e natureza de cada resíduo e da respetiva periodicidade de recolha;
- Devem ser criados novos parques de armazenamento de resíduos sempre que sejam gerados resíduos cuja tipologia não se enquadre

nos resíduos armazenados nos parques de armazenamento existentes na instalação;

- Deve ser efetuado o controlo do tempo de armazenagem dos resíduos, face ao previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro de que a armazenagem de resíduos no próprio local de produção por período superior a um ano carece de licença a emitir pela Autoridade Ambiental, pelo que se tal situação se verificar deverá ser efetuado o ponto de situação desse licenciamento no respetivo Relatório Ambiental Anual.
- Na gestão e encaminhamento dos resíduos devem ser respeitadas condições de segurança relativas às características que conferem perigosidade ao(s) resíduo(s), de forma a não provocar qualquer dano para a saúde humana/animal e ambiente, nem que causem perigo à segurança de pessoas e bens, devendo o Estudo de Risco da instalação ter em conta a temática dos resíduos;
- O transporte rodoviário de resíduos apenas deverá ser realizado pelas entidades definidas no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro e de acordo com as condições aí estabelecidas;
- Acompanhamento do adequado preenchimento das guias de acompanhamento de resíduos e retenção do original e cópia dos exemplares convenientemente preenchidos pelo transportador e pelo destinatário;
- Encaminhamento dos resíduos produzidos para destino adequado em conformidade com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro;
- Manutenção de um registo completo dos resíduos produzidos na instalação por origem, tipo e quantidade produzida, classificação LER conforme Portaria n.º 209/2004, de 3 de março, entidade(s) responsável(eis) pela recolha e transporte de cada tipo de resíduos, e destino final. Deverá constar a totalidade dos resíduos produzidos na instalação (equipamentos de proteção dos colaboradores, materiais impróprios para consumo ou processamento, funcionamento, limpeza e manutenção das infraestruturas e equipamentos, etc.) independentemente do seu destino, ou seja, se foram encaminhados para operador licenciado, contentores municipais ou empresa/entidade prestadora de serviços (manutenção das instalações e equipamentos), devendo os quantitativos a apresentar serem determinados por medição, cálculo e/ou estimativa;

- Implementação de medidas de minimização de emissão de cheiros com origem nos resíduos e de dispersão de resíduos pelo vento, que inclua nomeadamente orientações para a remoção do lixo espalhado;
- Implementação de medidas de minimização de proliferação de aves, vermes, roedores, insetos e outros animais, relacionadas com os resíduos que podem ser prejudiciais ao bom funcionamento da instalação e que podem ser vetores de doença, bem como minimização da utilização de pesticidas e inclusão de medidas de controlo para cada uma das espécies problemáticas identificadas, visando a diminuição de alimento, de água, de abrigo, de alojamento, condições favoráveis à reprodução, etc.;
- Aplicação das disposições constantes do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17/11, regulamentado pela Portaria n.º 98/2012, de 18/09 quanto à prevenção, controlo e redução dos riscos associados à presença das espécies de roedores;
- A empresa deverá promover a sensibilização/formação dos colaboradores para as boas práticas de prevenção e de gestão de resíduos;
- Preenchimento anual e atempado, por via eletrónica, dos mapas de registo referentes aos resíduos gerados na instalação através do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos da Direção Regional do Ambiente (SRIR);
- A empresa deverá efetuar o acompanhamento da implementação do PIPGR, assim como a sua avaliação e revisão sempre que relevante e com uma periodicidade mínima de um ano, devendo ser indicadas (e devidamente justificadas) as eventuais alterações ao plano no Relatório Ambiental Anual respetivo.

Programas de Monitorização

O operador deverá efetuar:

- a monitorização do sistema de produção, gestão e encaminhamento de resíduos, implementado na instalação;
- a avaliação da evolução das medidas de prevenção e de melhoria contínua da gestão de resíduos face aos objetivos definidos e aos resultados alcançados.

5.5 ODORES

O sector de criação intensiva de aves emite determinados poluentes para o ar característicos de tais instalações e geradores de odores, essencialmente o amoníaco (NH_3) e o metano (CH_4), entre outros.

Nesse sentido, além do cheiro característico da espécie, o odor está relacionado com a acumulação de guano e a consequente concentração de gases (amoníaco, metano, sulfeto de hidrogénio, etc.).

No âmbito do manejo e recria de aves, o odor pode ser minimizado mediante a implementação de medidas em diferentes níveis, tais como: manejo nutritivo dos animais, conceção dos edifícios, ventilação forçada, correta localização das janelas, e densidade animal por metro quadrado.

Ao nível do manejo nutritivo dos animais, a redução dos odores é possível com a utilização de rações com diferentes formulações em função das fases de produção (cria, recria, engorda) e utilização de melhoradores de digestibilidade (enzimas) e aminoácidos essenciais (Lisina e Metionina), medidas que vão de encontro às MTD recomendadas no BREF para aumentar a eficiência no manejo nutricional e consequente diminuição da excreção de nutrientes (N e P) e já implementadas.

Outra das formas para reduzir os odores e assegurar que o teor de poeiras, a temperatura, a humidade relativa do ar e a concentração de gases no interior dos pavilhões se mantêm dentro de limites não prejudiciais às aves, é através da ventilação natural (janelas) e/ou artificial (através de ventoinhas e/ou extratores de ar), no caso dos frangos de engorda, a qual é fundamental para a preservar a saúde e o bem-estar das aves.

Ao nível da densidade dos animais nos pavilhões, de acordo com o Decreto-Lei n.º 79/2010 de 25 de junho relativo a frangos de engorda, as explorações avícolas necessitam de cumprir com uma área livre mínima por ave, que varia de acordo com o peso do animal no caso dos frangos de engorda, sendo a exploração alvo de inspeções periódicas por parte do Serviço de Desenvolvimento Agrário de S. Miguel (SDASM) para avaliar o cumprimento destas densidades.

Ao nível dos restantes componentes, a redução do mau cheiro (da atração de insetos e de roedores) faz-se também pela eliminação para agricultura, das camas e estrumes depois da saída dos animais do pavilhão. Tais metodologias, em conjunto com o conhecimento das condições de higiene verificadas nas visitas de controlo executadas pelos SDASM, podem-se considerar adequadas as medidas de eliminação de estrume dos pavilhões e, consequentemente, a redução de odores.

Medidas de Minimização

Para esta componente são propostas as seguintes medidas:

- Manter o manejo nutritivo dos animais, utilizando rações com diferentes formulações em função das fases de produção (cria, recria, engorda, produção de ovos) e utilizando de melhoradores de digestibilidade (enzimas) e aminoácidos essenciais (Lisina e Metionina);
- Manter em boas condições os sistemas de ventilação dos vários pavilhões;
- Cumprir com a densidade animal por metro quadrado de acordo com o estipulado na lei, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 79/2010 de 25 de junho relativos a frangos de engorda;
- Manter uma frequência da recolha automática de estrume adequada à quantidade produzida, assegurando o correto funcionamento do sistema utilizado;
- Após remoção das camas, estas deverão ser encaminhadas o mais rapidamente possível para o seu destino final;
- Caso seja necessário proceder ao armazenamento de estrume avícola na instalação este deverá ser colocado em local coberto, com pavimento impermeabilizado, ventilação adequada e capacidade suficiente para aguardar o subsequente encaminhamento;
- Promover a manutenção e aumento do coberto vegetal e florestal da propriedade.

5.6. AMBIENTE SONORO

Relativamente ao fator ambiental “Ambiente Sonoro”, o aviário situa-se numa zona industrial, confinando a Norte, Sul e Este com outras explorações, e a Oeste com a canada do Silvestre, não existindo recetores sensíveis próximos que possam ser potencialmente afetados pelo ruído gerado pelo funcionamento da atividade, pelo que não existem condições que implique a monitorização regular do ruído ambiental.

Medidas de Minimização

Para a fase de exploração, são propostas as seguintes medidas de minimização:

- Gestão dos equipamentos utilizados na atividade deve ser efetuada, tendo em atenção a necessidade de controlar o ruído;

- Aquando da aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento da instalação, o operador deverá verificar as informações acerca da potência sonora dos equipamentos, de forma a tomar as precauções necessárias para evitar quaisquer incómodos provenientes do seu funcionamento;
- Assegurar o bom funcionamento dos equipamentos mecânicos, efetuando revisões e a sua manutenção periódica, de forma a evitar situações anómalas de emissão de ruído.

Programas de Monitorização

Face à localização do aviário, verifica-se que para as condições existentes, o ruído proveniente da atividade da exploração não constitui um impacto significativo para a área envolvente. Assim, apenas deverá ser efetuada caracterização de ruído, caso ocorram alterações na exploração que possam ter implicações ao nível do ruído.

Efetuada a caracterização do ruído e verificado algum incumprimento dos critérios de exposição máxima e de incomodidade, à luz do disposto no Regulamento Geral do Ruído e de Controlo da Poluição Sonora (RGRCPS), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, deverão ser implementadas medidas de minimização, dando cumprimento ao n.º 4 do art.º 22.º do referido decreto, devendo posteriormente ser efetuada nova caracterização de ruído para verificação dos referidos critérios.

Após garantia do cumprimento do critério de exposição máxima e do critério de incomodidade (período diurno, período do entardecer e período noturno, se aplicável), as medições de ruído deverão ser repetidas sempre que ocorram alterações na instalação que possam ter implicações ao nível do ruído ou, se estas não tiverem lugar, com uma periodicidade máxima de 5 anos.

As campanhas de monitorização, medições e a apresentação dos resultados deverão cumprir os procedimentos constantes na Norma NP ISO 1996-1:2011.

5.7 ENERGIA

Os principais combustíveis consumidos na instalação são: gás butano utilizado para aquecimento dos pavilhões; e gasóleo utilizado no gerador de emergência e nas atividades de transporte na exploração, sendo que neste último caso as viaturas são abastecidas fora da exploração (exceto no caso da máquina utilizada na higienização dos pavilhões que é abastecida na instalação através de gasóleo adquirido em recipiente próprio).

A instalação possui um depósito superficial de gás butano com capacidade de 6,13 toneladas, o qual está licenciado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2010, de 22 de julho. A instalação possui ainda um depósito de gasóleo com capacidade de 0,085 toneladas (sem bacia de retenção), o qual de acordo com a Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro não está sujeito a licenciamento.

Na instalação é ainda consumida energia elétrica para iluminação e utilização em sistemas elétricos, tais como:

- Sistemas de ventilação e respetivos equipamentos de controlo e alarme,
- Sistemas de alimentação dos silos;
- Sistemas de alimentação dos comedouros;
- Todos os equipamentos existentes ou associados às atividades exercidas nas zonas de serviços administrativos e áreas sociais.

Prevê-se que o consumo médio global de energia seja inferior a 500 tep/ano, pelo que de acordo com o n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, a instalação não se encontrará abrangida pelo Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE).

Medidas de Minimização

Para esta componente são propostas as seguintes medidas:

- Reduzir o consumo de energia, aproveitando, sempre que possível as condições de ventilação natural;
- A instalação deverá estar equipada, com o número adequado de contadores, de forma a ser possível efetuar leituras regulares do consumo total de energia e determinação do consumo específico de energia para a atividade PCIP da instalação.

5.8 EQUIPAMENTOS QUE CONTÊM GASES COM EFEITO DE ESTUFA

A Saiprossem não identificou equipamentos existentes nas suas instalações como contendo gases fluorados com efeito de estufa.

5.9 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

Ao nível dos instrumentos de gestão do território o EIA indica que a área de estudo está afeta aos seguintes instrumentos: Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROT Açores), Plano Regional da Água, Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores, Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) e Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores.

Quanto ao Plano Diretor Municipal da Lagoa (PDM) publicado no Diário da República nº 184 (2ª série), de 23 de setembro, através do Aviso nº 19009/2011, de acordo com a Planta de Ordenamento, o projeto insere-se nas seguintes classes de espaço: espaço de atividades económicas – área industrial do Pico Castelhana. De acordo com a Planta de Condicionantes, o projeto não se insere em nenhuma das zonas de reserva (Reserva Agrícola Regional (RAR) e Reserva Ecológica Regional (RER)), verificando-se no entanto a existência de uma adutora e de uma linha de média tensão que alimenta o posto de transformação existente na exploração, mas que pertence à EDA.

No presente processo foi apresentado comprovativo emitido pela Câmara Municipal da Lagoa em que autorizava a construção dos pavilhões avícolas na localização indicada.

5.10 MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

A Saiprossem como instalação abrangida pelo regime de prevenção e controlo integrados da poluição, nomeadamente pela rubrica 1.1 do anexo III do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, deve assegurar que a instalação seja explorada com respeito pela adoção de medidas preventivas adequadas ao combate à poluição, designadamente mediante a utilização das melhores técnicas disponíveis (alínea a) do art.º 67.º), nomeadamente as constantes do Documento de Referência sobre MTD sectorial (BREF), o *“Reference Document on Best Available Techniques for Intensive Rearing of Poultry and Pigs”*.

Tratando-se de uma instalação existente, já anteriormente detentora de licença ambiental e de acordo com o apresentado no Anexo AN3.11 e elementos solicitados aquando da conformidade do pedido, verifica-se que presentemente já se encontram implementadas a maior parte de tais medidas.

Medidas de minimização

O operador deverá manter mecanismos de acompanhamento dos processos de elaboração e revisão dos BREF aplicáveis à instalação, permitindo a avaliação de futuras MTD que venham a ser adotadas nesse âmbito. Neste sentido, para além do acompanhamento do BREF, deverão também ser considerados os seguintes documentos de referência de aplicação transversal (também disponíveis em <http://eippcb.jrc.es/>):

- Reference Document on the General Principles of Monitoring, Comissão Europeia (JOC 170, de 19 de julho de 2003);
- Reference Document on Best Available Techniques on Emissions from Storage – BREF ESB, Comissão Europeia (JOC 253, de 19 de outubro de 2006).

Programas de monitorização

Deverão ser criados mecanismos de acompanhamento dos processos de elaboração e revisão dos BREF aplicáveis à instalação, de forma a garantir a adoção pela instalação das MTD a estabelecer nesse âmbito.

A adoção de novas MTD pela instalação deverá ser sistematizada no Relatório Ambiental Anual (RAA) disponibilizado no Sistema Integrado de Gestão de Serviços e Processos da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo (DO.IT).

5.11 PLANO DE DESEMPENHO AMBIENTAL

Na sequência da publicação de um novo BREF para o setor da Pecuária no corrente ano, disponível em <http://eippcb.jrc.es/> e da publicação da decisão de execução (EU) 2017/302 da Comissão de 15 de fevereiro, que estabelece conclusões sobre as MTD para a criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos, nos termos da Diretiva 2010/75/EU do parlamento Europeu e do Conselho, o operador deve estabelecer e manter um PDA que integre todas as exigências da licença ambiental e as ações de melhoria ambiental a introduzir de acordo com estratégias nacionais de política do ambiente e MTD aprovadas para o novo BREF referente ao setor de atividade PCIP da instalação, bem como outros BREF relacionados, com o objetivo de minimizar ou, quando possível, eliminar os efeitos adversos no Ambiente. Adicionalmente, deverá também evidenciar as ações a tomar no âmbito das várias áreas referidas no presente parecer, nomeadamente no que se refere aos seguintes aspetos:

- Avaliação sobre a forma como o sistema de Gestão Ambiental (SGA) responde ao previsto neste âmbito pelo novo BREF;
- Explicitação, análise e calendário de implementação das várias medidas a tomar com vista à adoção das diferentes MTD ainda não contempladas no projeto apresentado, decorrentes designadamente da publicação do novo BREF e dos processos de elaboração e revisão dos restantes BREF aplicáveis à instalação. Para eventuais técnicas referidas no BREF mas não aplicáveis à instalação, deve o operador apresentar fundamentação desse facto, tomando por base, nomeadamente, as especificidades técnicas dos processos desenvolvidos.

O PDA incluirá a calendarização das ações a que se propõe, para um período máximo de 5 anos, clarificando as etapas e todos os procedimentos que especifiquem como prevê o operador alcançar os objetivos e metas de desempenho ambiental para todos os níveis relevantes, nomeadamente os aspetos decorrentes dos Documentos de Referência sobre MTD, tanto os sectoriais, como os transversais relacionados com a atividade. Por objetivo deve ainda incluir:

- a) Os meios para as alcançar;
- b) O prazo para a sua execução;
- c) Critérios/métodos de verificação da sua implementação.

Um relatório síntese da execução das ações previstas no PDA deve ser integrado no RAA.

6. CONSULTA PÚBLICA

Nos termos do artigo 106.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro procedeu-se à publicitação da Consulta Pública, com um anúncio publicado no jornal “*Diário dos Açores*”, contendo os elementos obrigatórios.

A ampliação da Saiprossem, em Fase de Projeto de Execução, enquadra-se na tipologia definida na alínea a) do n.º 1 do Anexo II e rubrica 1.1 do Anexo III do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, pelo que a duração da Consulta Pública foi de 20 dias úteis, decorridos entre 2 e 30 de agosto de 2017.

A documentação tornada pública foi: o Relatório Técnico e respetiva adenda, o Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiente e a respetiva versão reformulada, o formulário de licenciamento ambiental e anexos e respetiva adenda, bem como os pareceres da Comissão de Avaliação. Estes estiveram

disponíveis em suporte de papel nas três Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais dos Açores e nas instalações da Direção Regional do Ambiente e ainda em formato digital na página da internet da Autoridade Ambiental com o seguinte endereço: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srrn/docDiscussao>.

No âmbito do processo de Consulta Pública, em todos os locais constava a informação de que os interessados, devidamente identificados, podiam manifestar-se por escrito, no prazo da Consulta Pública, dirigindo as suas exposições à Direção Regional do Ambiente, sita na Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã - 9900-014 Horta ou para o correio eletrónico: qualidade.ambiente@azores.gov.pt.

Terminado o período da Consulta Pública verificou-se que não deu entrada na Direção Regional do Ambiente qualquer exposição escrita de interessados, quer enviada por e-mail quer por Correio Postal Normal.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise da documentação relativa aos dois regimes de AIA e Licenciamento Ambiental, da inexistência de novos elementos provenientes da Consulta Pública e dos conhecimentos técnicos dos elementos que integram a Comissão de Avaliação, esta propõe a viabilidade do projeto pretendido, devendo ser condicionando ao cumprimento do seguinte:

- Implementação das medidas de minimização contidas no EIA, com as alterações introduzidas pela CA, bem como das propostas adicionadas por esta no presente parecer;
- Verificação da adequação da manutenção das medidas de minimização propostas na Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e dos programas de monitorização propostos na licença ambiental cuja apreciação deve ser efetuada pela Autoridade Ambiental nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro no âmbito do acompanhamento do desempenho ambiental de uma instalação detentora de licença ambiental, nomeadamente através dos Relatórios Ambientais Anuais;
- Execução dos programas de monitorização nos termos descritos no presente documento e na licença ambiental;

- Nos termos do artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, a DIA a emitir caduca se, decorridos dois anos a partir da sua emissão, não tiver sido iniciado o projeto avaliado, excetuando-se os casos previstos no n.º 3 do mesmo artigo;
- A DIA a emitir não dispensa o proponente do cumprimento de nenhuma outra obrigação legal ou licença a que o empreendimento se encontre sujeito.

A Comissão de Avaliação propõe que a licença ambiental seja emitida com uma validade de **7 anos**.

Horta, 6 de outubro de 2017

A Comissão de Avaliação

Elisabete Sousa Rego

Graça Ponte

Sónia Bettencourt

Ana Silva